



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2013

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 008.858/12-8)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado **SENADO**, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 03, de 2012, tornam pública, para conhecimento das pessoas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450/2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204/2007, do Decreto nº 7.892/2013 e do Regulamento de Compras e Contratações do Senado Federal aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.858/12-8, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, destinada à **contratação de empresa para aquisição de servidores em lâmina, adaptadores e switches para a solução IBM BladeCenter H de propriedade do SENADO FEDERAL, incluindo serviços de instalação e configuração inicial e assistência técnica com garantia de funcionamento por 36 (trinta e seis) meses.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 05/06/2013.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio **www.comprasnet.gov.br**.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada pelo SENADO, a contratação de empresa para aquisição de servidores em lâmina, adaptadores e switches para a solução IBM BladeCenter H de



SENADO FEDERAL

propriedade do **SENADO FEDERAL**, incluindo serviços de instalação e configuração inicial e assistência técnica com garantia de funcionamento por 36 (trinta e seis) meses, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **CATMAT/CATSER** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio **www.comprasnet.gov.br**.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, assim como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas e/ou consórcios de empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1 – tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.2 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.3.3 – estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;



SENADO FEDERAL

2.3.4 – estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.3.5 – encontrem-se em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

CAPÍTULO III – DA PROPOSTA

3.1 – A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **preços unitário e total do item**, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, já considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.1 – Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro em relação a cada grupo de itens.

3.3 – A licitante deverá ainda especificar, nos campos apropriados do Sistema Eletrônico, a marca e demais referências que identifiquem o produto cotado, conforme especificações constantes do Anexo 02, vedada a cotação de opção.

3.3.1 – O SENADO poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

3.3.2 – A apresentação dos materiais a que se refere o subitem 3.3.1 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pelo SENADO.

3.4 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” deverão ser prestadas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta:

3.4.1 – Prazo de entrega dos produtos de, no máximo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do contrato.

3.4.2 – Assistência Técnica com garantia de funcionamento para os **itens 01, 02, 03 e 11** de, no mínimo, **36 (trinta e seis) meses**, contra defeitos de fabricação ou impropriedades, a contar do recebimento definitivo do objeto.



SENADO FEDERAL

3.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

3.6 – Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, que deixarem de cotar quaisquer dos itens de um grupo ou as que desatenderem às exigências deste edital.

3.7 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.8 – A licitante que, porventura, se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar em campo próprio do sistema.

3.9 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.10.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

3.10.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.11 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.



SENADO FEDERAL

4.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio **www.comprasnet.gov.br**.

CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

5.2 – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

6.5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



SENADO FEDERAL

6.6 – Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7 – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

7.1 – Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.1 – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) Não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por grupo**.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.2 – Após o disposto no item 9.1, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada, nos termos do art. 10 do Decreto nº 7.892/2013.

9.2.1 – A apresentação de novas propostas na forma do item 9.2 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

9.2.2 – As licitantes que aceitarem o disposto no item 9.2 passarão a se denominar licitantes classificadas.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora, e às demais licitantes classificadas, o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance através do campo de “anexos” do sistema COMPRASNET, em formato de arquivo aceito pelo sistema, via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou através de e-mail para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br, cujo prazo de atendimento será de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação.

10.1.1 – A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 05, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços.

10.1.2 – Os documentos remetidos via sistema, fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

10.1.3 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada, e as demais licitantes classificadas, que deixar(em) de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será(ao) desclassificada(s) e sujeitar-se-á(ao) às sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

10.2 – O Pregoeiro examinará todas as propostas classificadas, que não poderão ser superiores ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como deverão estar adequadas às especificações técnicas do objeto.

10.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento das propostas.

10.2.2 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.2.3 – Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao IV do Cadastro de Pessoa Jurídica e da documentação complementar especificada neste edital.

11.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, Nível I ao IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

11.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

11.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

- a. Capacidade técnico-operacional:** Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, equipamentos, componentes, licenciamento de softwares e serviços de assistência técnica por meio de manutenção corretiva compatíveis com o objeto da presente licitação;
- b. Capacidade técnico-profissional:** Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde fique comprovado que a empresa tem em seu quadro profissional detentor de responsabilidade técnica para execução dos serviços de manutenção corretiva em objeto compatível com o licitado.



SENADO FEDERAL

11.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).
- b. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

11.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

11.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
 - a.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;
 - a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

11.4 – Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos através do campo de “anexos” do sistema COMPRASNET, em formato de arquivo aceito pelo sistema, via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou através de e-mail para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br** no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.

11.4.1 – Os documentos remetidos via sistema, fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Bloco de Apoio II, do Senado, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.



SENADO FEDERAL

11.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

11.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

11.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

11.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.8.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame ou licitante classificada, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.8.2 – A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.9 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.9.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

13.2 – Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

13.3 – Admitido o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

13.4 – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.



SENADO FEDERAL

13.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

14.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

14.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado **por grupo** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Após homologado o resultado deste Pregão, o SENADO convocará a licitante vencedora, bem como as licitantes classificadas, para assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, informando o local, data e hora.

15.1.1 – O prazo poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SENADO.

15.2 – Será incluído, na respectiva ata, o registro das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame.

15.2.1 – A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

15.3 – Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

15.3.1 – os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

15.3.2 – os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada;

15.3.3 – se houver mais de uma licitante na situação do subitem 15.3.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase



SENADO FEDERAL

competitiva.

15.4 – No caso de a licitante vencedora e as demais classificadas, após convocada(s), não comparecer(em) ou se recusar(em) a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e seus anexos, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.4.1 – O Pregoeiro poderá, mantida a ordem de classificação, negociar com a licitante seguinte antes de efetuar seu registro.

15.5 – A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após publicada na Imprensa Oficial, conforme art. 14 do Decreto nº 7.892/2013.

15.5.1 – A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

15.6 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CAPÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CAPÍTULO XVII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

17.1 – O Senado Federal, localizado na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

17.2 – Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVIII – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – A Secretaria de Administração de Contratações do SENADO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados, e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

18.2 – A convocação do fornecedor beneficiário pelo SENADO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para assinatura do contrato e atender ao pedido.

18.3 – O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, assinar contrato, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

18.4 – Quando comprovada a hipótese acima o SENADO poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CAPÍTULO XIX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

19.1 – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013.

19.2 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

CAPÍTULO XX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

20.1 – O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:



SENADO FEDERAL

20.1.1 – a pedido, quando:

20.1.1.1 – comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

20.1.1.2 – o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do fornecedor beneficiário ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do Senado Federal.

20.1.2 – por iniciativa do SENADO, quando:

20.1.2.1 – o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

20.1.2.2 – perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

20.1.2.3 – por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

20.1.2.4 – não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.5 – não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

20.1.2.6 – caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

20.1.2.7 – o fornecedor beneficiário sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

20.1.3 – Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o SENADO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.



SENADO FEDERAL

20.2 – A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

20.2.1 – por extinção da totalidade do seu objeto; e

20.2.2 – quando não restarem fornecedores registrados.

CAPÍTULO XXI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

21.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o SENADO poderá convocar o Fornecedor Beneficiário para assinatura do Contrato, dentro do prazo de 5 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.1.1 – A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o SENADO a convocar os demais fornecedores beneficiários constantes da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para retirar a Nota de Empenho em iguais condições.

21.1.2 – A falta de manifestação dos demais fornecedores beneficiários convocados na forma do subitem 21.1.1 no prazo estabelecido autoriza o SENADO a convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços e, após negociação e verificação da adequação da proposta nos termos do item 15.4 e verificação das condições de habilitação, retirar a nota de empenho.

21.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

21.3 – O contrato vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 072/2013, constante do Processo nº 008.858/12-8, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

21.4 – O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição do contrato.

21.5 – Para assinatura do contrato referida no item 21.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XXII – DA FISCALIZAÇÃO

22.1 – Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços e/ou contrato.

CAPÍTULO XXIII – DOS ACRÉSCIMOS

23.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

23.2 – Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CAPÍTULO XXIV – DAS PENALIDADES

24.1 – A adjudicatária e/ou o fornecedor beneficiário que, convocados para assinar o contrato, no prazo estabelecido nos itens 15.1 e 21.1, respectivamente, ficarão sujeitos à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recusem ao cumprimento desses procedimentos nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

24.2 – Caso a adjudicatária e/ou o fornecedor beneficiário não cumpram o estabelecido no item anterior, o SENADO poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

24.3 – As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no item 24.2, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 24.1.

24.4 – Se a licitante ou o fornecedor beneficiário, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou na execução do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

24.4.1 – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude no processo licitatório ou na execução do ajuste, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude



SENADO FEDERAL

fiscal, ficará o fornecedor beneficiário ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

- a) o valor total do ajuste, se fornecedor beneficiário; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

24.5 – Ocorrendo a hipótese prevista no item 24.4 deste edital, o contrato e o registro em ata assinada pelo fornecedor beneficiário responsável poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

24.6 – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou da garantia contratual ofertada ou, em último caso, cobrada judicialmente.

24.7 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XXV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

25.1 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

25.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

25.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

25.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XXVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

26.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

- a) **Anexo 01** – Termo de Referência;
- b) **Anexo 02** – Quantidades e Especificações Técnicas;
- c) **Anexo 03** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) **Anexo 04** – Minuta do Contrato; e
- e) **Anexo 05** – Modelo de Apresentação de Proposta.

26.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.

26.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

26.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

26.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

26.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

26.8 – Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente edital, salvo autorização específica do SENADO.

CAPÍTULO XXVII – DO FORO

27.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal,



SENADO FEDERAL

na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 16 de maio de 2013.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 072/2013

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 008.858/12-8)

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto	Registro de Preços para contratação de empresa para aquisição de servidores em lâmina, adaptadores e switches para a solução IBM BladeCenter H de propriedade do SENADO FEDERAL, incluindo serviços de instalação e configuração inicial e assistência técnica com garantia de funcionamento por 36 (trinta e seis) meses.	
Estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos participantes e não participantes	Não haverá outros órgãos participantes nesta licitação, haverá apenas o Senado Federal como órgão gerenciador. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.	
Especificação do Objeto	Conforme Anexo 02.	
Quantidade	Conforme Anexo 02.	
Justificativa	Devido ao aumento de demanda crescente de serviços, há necessidade de expansão do ambiente de servidores em lâmina (blades) do Senado Federal para que a performance da solução não seja afetada pelo crescimento dos serviços oferecidos. A expansão do ambiente VMWARE depende da aquisição de licenças para cada processador adicionado, para garantir que este processo possa atender ao crescimento necessário, optou-se por incluir também nesta ata de registro de preços as licenças que serão necessárias para a expansão.	
Adjudicação	Menor preço por grupo.	
Preços(s) Estimado(s) Unitário(s)	Valor Unitário	
	Item 01 – R\$ 21.190,89 Item 02 – R\$ 1.803,48 Item 03 – R\$ 10.023,10 Item 04 – R\$ 1.595,56 Item 05 – R\$ 9.216,28	Item 11 – R\$ 2.470,18 Item 12 – R\$ 1.175,20 *Item 13 – R\$ 205,66 Item 14 – R\$ 15.745,85 Item 15 – R\$ 6.102,70



SENADO FEDERAL

	Item 06 – R\$ 1.071,24 Item 07 – R\$ 9.232,10 *Item 08 – R\$ 3.304,12 *Item 09 – R\$ 292,67 *Item 10 – R\$ 1.193,28	* Assistência Técnica com garantia de funcionamento pelo período de 36 meses.
	Valor Total Grupo 01: R\$ 686.515,68	
	Valor Total Grupo 02: R\$ 169.445,76	
	Valor Total Grupo 03: R\$ 727.477,20	
	Valor Total Global: R\$ 1.583.438,64	
Prazo de entrega	De, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos , contados da assinatura do contrato.	
Assistência Técnica	Assistência Técnica com garantia de funcionamento para os itens 01, 02, 03 e 11 de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses , contra defeitos de fabricação ou impropriedades, a contar do recebimento definitivo do objeto.	
Vigência da Ata de Registro de Preços	Será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas.	
Forma de Pagamento	Conforme cláusula sexta do contrato.	
Local de entrega	Almoxarifado do PRODASEN, situado na Via N2, Anexo C, Senado Federal, Brasília-DF, CEP: 70.165-900.	
Fiscalização	Conforme cláusula décima primeira do contrato.	

Brasília, 16 de maio de 2013.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2013

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 008.858/12-8)

ANEXO 02

QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para aquisição de servidores em lâminas, conjuntos de memória de 192GB, transceivers 10GBASE-SR SFP+, switches ethernet 1 Gb, licenças de Vmware, atualizações de edição de licenças Vmware 5 Enterprise para Enterprise Plus, incluindo instalação e serviço de assistência técnica, através de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais.

O objeto do contrato contempla os seguintes itens:

- I – Equipamentos de acordo com as características descritas no item Especificações Técnicas;
- II – Instalação e configuração dos equipamentos e componentes;
- III – Serviço de Assistência Técnica com garantia de funcionamento para os itens 01, 02, 03 e 11, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses devendo atender aos níveis de serviço definidos no contrato.

QUANTIDADES

Grupo 01 – Máquinas e Equipamentos com Instalação e Assistência Técnica				
Item	Descrição	CATMAT /CATSER	Unidade	Quantidade
01	Servidor em Lâminas (Blades)	131903	Unid.	16
02	Conjunto de módulos de memória 192GB p/ HS22 e HS23	150378	Unid.	28
03	BNT Layer 2/3 Copper Gb Ethernet Switch Module	139343	Unid.	02
04	Emulex 10GbE Virtual Fabric Advanced Upgrade for IBM BladeCenter	139343	Unid.	11
05	Instalação e Configuração para Item 01	19615	Unid.	16
06	Instalação e Configuração para Item 02	19615	Unid.	28
07	Instalação e Configuração para Item 03	19615	Unid.	02
08	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 01	21113	Unid.	16
09	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 02	21113	Unid.	28
10	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 03	21113	Unid.	02



SENADO FEDERAL

Grupo 02 – Transceiver Óptico com Instalação e Assistência Técnica				
Item	Descrição	CATMAT /CATSER	Unidade	Quantidade
11	Transceiver ótico 10GBASE-SR SFP+	150812	Unid.	44
12	Instalação e Configuração para Item 11	19615	Unid.	44
13	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 11	21113	Unid.	44
Grupo 03 – Softwares				
Item	Descrição	CATMAT /CATSER	Unidade	Quantidade
14	Licença do software Vmware vSphere 5 Enterprise Plus por processador	150830	Unid.	40
15	Atualização de edição de licença Vmware 5 Enterprise para Enterprise Plus	150830	Unid.	16

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A. Servidor em Lâmina – Blades (Item 01)

A.1 - Configuração:

Part No.	Descrição	Quant.
7875B1U	HS23, Xeon 6C E5-2620 95W 2.00GHz/1333MHz/15MB, 4x4GB, O/Bay 2.5in SAS	1
81Y9295	Intel Xeon 6C Processor Model E5-2620 95W 2.00GHz/1333MHz/15MB	1
42D0677	IBM 146 GB 2.5in SFF Slim-HS 15K 6Gbps SAS HDD	2
90Y9310	IBM Virtual Fabric Advanced Software Upgrade (LOM)	1

A.2 - Assistência Técnica com garantia de funcionamento mínima de 36 (trinta e seis) meses on site;

A.3 - O fornecedor deverá executar a instalação e configuração da lâmina, seus drivers e firmwares;

A.4 - O fornecedor poderá fornecer equipamento superior ao especificado, desde que mantida a compatibilidade com o ambiente atualmente instalado.

B. Conjuntos de módulos de memória 192GB p/ HS22 e HS23 (Item 02)

B.1 - Configuração:

Part No.	Descrição	Quant.
46C0599	16GB (1x16GB, 2Rx4, 1.35v) PC3L-10600 CL9 ECC DDR3 1333Mhz VLP RDIMM	12



SENADO FEDERAL

B.2 - Os módulos de memória devem ser compatíveis com as lâminas HS22 e HS23, onde serão instaladas;

B.3 - Assistência Técnica com garantia de funcionamento mínima de 36 (trinta e seis) meses on site;

B.4 - O fornecedor deverá executar a instalação e configuração das memórias nas lâminas HS22 e HS23;

B.5 - O fornecedor poderá fornecer equipamento superior ao especificado, desde que mantida a compatibilidade com o ambiente atualmente instalado.

C. Switches 1 Gb para ligação no chassi do IBM BladeCenter H (Item 03)

C.1 - Configuração:

Part No.	Descrição
32R1860	BNT Layer 2/3 Copper Gb Ethernet Switch Module

C.2 - Cada switch deverá vir acompanhado de licença de software de instalação/configuração, drivers e ser instalado no chassis do BladeCenter;

C.3 - Deverão ser fornecidos 12 (doze) cabos conectorizados, categoria 6 ou superior, com 50 metros de comprimento;

C.4 - Assistência Técnica com garantia de funcionamento mínima de 36 (trinta e seis) meses on site;

C.5 - O fornecedor deverá executar a instalação e configuração dos switches nos chassis das lâminas;

C.6 - O fornecedor poderá fornecer equipamento superior ao especificado, desde que mantida a compatibilidade com o ambiente atualmente instalado.

D. Licenças de atualização das placas Emulex 10GbE Virtual Fabric (Item 04)

D.1 - Configuração:

Part No.	Descrição
49Y4265	Emulex 10GbE Virtual Fabric Advanced Upgrade for IBM BladeCenter

D.2 - O fornecedor deverá disponibilizar os códigos/chaves de atualização.

E. Transceivers 10GBASE-SR SFP+ (Item 11)

E.1 - Para cada transceiver deverá ser fornecida fibra óptica conectorizada de categoria OM2



SENADO FEDERAL

ou superior, com no mínimo 50 metros;

E.2 - Assistência Técnica com garantia de funcionamento mínima de 36 (trinta e seis) meses on site;

E.3 - Caso solicitado o fornecedor deverá executar a instalação dos transceivers.

F. Instalação e Configuração (Itens 05, 06, 07 e 12)

F.1 - O fornecedor deverá realizar a instalação e configuração de todos os equipamentos e softwares referentes aos itens 01, 02, 03 e 11.

G. Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento (Itens 08, 09, 10 e 13)

G.1 - O serviço de assistência técnica é aplicável aos itens 01, 02, 03 e 11;

G.2 - Duração de 36 (trinta e seis) meses;

G.3 - O pagamento por este serviço será mensal e condicionado ao cumprimento dos níveis de serviço definidos no plano de gerenciamento de contrato.

H. Licenças do software VMware vSphere 5 Enterprise Plus (Item 14)

H.1 - Deverá ser garantida a atualização das licenças fornecidas por no mínimo 12 (doze) meses;

H.2 – As licenças deverão ser registradas e disponibilizadas para download no sítio da VMware.

I. Atualizações de Licenças do software VMware vSphere 5 Enterprise para VMware vSphere 5 Enterprise Plus (Item 15)

I.1 - Deverá ser garantida a atualização das licenças fornecidas por no mínimo 12 (doze) meses;

I.2 – As licenças deverão ser registradas e disponibilizadas para download no sítio da VMware.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL



SENADO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 072/2013.

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 008.858/12-8)

ANEXO 03

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia ____ de _____ de 20__, a União, por intermédio do Senado Federal – Órgão Gerenciador, situado na Praça dos Três Poderes - Brasília DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo _____, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450/2005, do Decreto nº 7.892/2013, do Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº __/20__, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es) beneficiário(s), na seguinte ordem de classificação:

Ordem de Classificação	Razão Social	Endereço	CNPJ	Representante Legal
1º				
2º				
3º				
...				
...				

Conforme preços abaixo descritos:

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Este Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia



SENADO FEDERAL

de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Não serão permitidas adesões à presente Ata de Registro de Preços.

O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/20__ e seus anexos integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Senado Federal e dos fornecedores beneficiários acima indicado, assim como pelas testemunhas abaixo arroladas.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

SENADO FEDERAL

1º Fornecedor beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:

2º Fornecedor beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:

3º Fornecedor beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:

TESTEMUNHAS:



SENADO FEDERAL

Diretor

Diretor

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL



SENADO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 072/2013.

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo n.º 008.858/12-8)

ANEXO 04

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, para **contratação de empresa para aquisição de servidores em lâmina, adaptadores e switches para a solução IBM BladeCenter H de propriedade do SENADO FEDERAL, incluindo serviços de instalação e configuração inicial e assistência técnica com garantia de funcionamento por 36 (trinta e seis) meses.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ n.º 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax n.º (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone n.º (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF n.º _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF n.º _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** n.º 072/2013, homologado pela Senhora Diretora-Geral _____, às fls. ____ do Processo n.º 008.858/12-8, incorporando o Edital, Ata de Registro de Preços e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. ____/____ a este



SENADO FEDERAL

instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **contratação de empresa para aquisição de servidores em lâmina, adaptadores e switches para a solução IBM BladeCenter H de propriedade do SENADO FEDERAL, incluindo serviços de instalação e configuração inicial e assistência técnica com garantia de funcionamento por 36 (trinta e seis) meses**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** – Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** – Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** – Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** – Manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- V** – Observar as disposições e especificações contidas no edital e seus anexos e no contrato, devendo atendê-las em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades contratuais no descumprimento de quaisquer dos seus itens;
- VI** – Fornecer os equipamentos conforme especificações técnicas constantes da sua proposta comercial;
- VII** – Entregar todos os produtos, juntamente com seus respectivos prospectos, certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes, sendo aceitas cópias das especificações obtidas no sítio na Internet do fabricante juntamente com o endereço do mesmo;



SENADO FEDERAL

VIII – Guardar sigilo sobre dados e informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto;

IX – Obedecer rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de tecnologia da informação do SENADO FEDERAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá entregar o objeto deste contrato, **no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA fornecerá o objeto deste contrato conforme a(s) marca(s) e especificação (ões) discriminada(s) em sua proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá à CONTRATADA o recolhimento de materiais por ela fornecidos e considerados inadequados pelo Gestor.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de entrega do objeto poderá ser prorrogado, desde que justificados os motivos, nos termos do art. 57, §1º e seus incisos da Lei nº 8.666/1993, devendo a CONTRATADA protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

PARÁGRAFO QUARTO – Após a entrega, a CONTRATADA terá um prazo de **07 (sete) dias corridos** para efetuar a instalação dos equipamentos e/ou licenças fornecidas.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – Após a entrega e instalação dos equipamentos e/ou licenças, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento do Equipamento.

I – Comissão Técnica formada por três servidores do PRODASEN lavrará termo de aceite para os equipamentos depois de testados.

PARÁGRAFO SEXTO – Todas as máquinas e seus componentes deverão ser instalados, pela CONTRATADA, nas dependências do PRODASEN – SENADO FEDERAL.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A fim de evitar o vazamento de informações sensíveis, os discos rígidos substituídos durante o período de garantia não serão devolvidos à CONTRATADA, devendo ser inutilizados pelo SENADO/PRODASEN.

PARÁGRAFO OITAVO – Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento com o objetivo de apresentar os empregados da CONTRATADA e os servidores do SENADO, esclarecimento de dúvidas, clarificação das condições estabelecidas no contrato, fechamento de cronogramas.

I – Havendo necessidade de outras reuniões de alinhamento ou ajustes, estas serão marcadas com antecedência mínima de 03 (três) dias, com as decisões expressas em Ata e assinadas por todos os participantes.

PARÁGRAFO NONO – Durante o período do contrato, a CONTRATADA fornecerá serviço de **Assistência Técnica com garantia de funcionamento**, contra defeitos de fabricação ou impropriedades, para todos os equipamentos e componentes adquiridos (Itens 01, 02, 03 e 11).

I – A contagem da prestação dos Serviços de Assistência Técnica com garantia de funcionamento iniciar-se-á a partir da data do recebimento definitivo do objeto de que trata o parágrafo quinto desta cláusula.

II – A CONTRATADA deverá informar os meios para a abertura de chamado técnico, preferencialmente por intermédio de número de telefone de contato, correio eletrônico ou sítio na Internet.

III – Sem prejuízo do sistema de controle da CONTRATADA, o PRODASEN efetuará registro do chamado em seu sistema de controle para contabilidade dos tempos de atendimento e solução de problemas.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Para acompanhamento e controle da execução do contrato, todas as solicitações referentes ao serviço de Assistência Técnica, serão registradas pelo técnico do PRODASEN e pela CONTRATADA.



SENADO FEDERAL

I – A CONTRATADA deverá apresentar Relatório de Visita, contendo data, hora de chamada, início e término do atendimento, identificação da máquina, identificação do módulo defeituoso, identificação do módulo substituto, as providências adotadas e toda e qualquer informação pertinente ao chamado. Ao final de cada atendimento, o técnico deverá informar os detalhes do atendimento à Central de Atendimento do PRODASEN, a fim de atualizar a respectiva ocorrência.

II – O Relatório de Visita deverá ser assinado pelo técnico da CONTRATADA e pelo responsável pela solicitação de manutenção, atestando a resolução do problema.

III – Ao término de cada atendimento deverá ser entregue uma cópia do Relatório de Visita ao técnico responsável pela solicitação de manutenção.

IV – Até o quinto dia útil de cada mês a CONTRATADA deverá apresentar um relatório contendo os dados de todos os Relatórios de Visita relativos ao mês anterior junto com a nota fiscal pelos serviços prestados.

V – Ao final dos atendimentos, a resolução do problema deverá ser atestada por um técnico do PRODASEN, o qual efetuará os testes necessários à comprovação do seu perfeito funcionamento. O tempo utilizado pelo técnico do PRODASEN para a comprovação da resolução do problema não será somado ao atraso registrado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – As licenças VMware (**Itens 14 e 15**) deverão ser registradas e disponibilizadas para download no sítio do fabricante.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os empregados subordinam-se diretamente à CONTRATADA, não mantendo qualquer vínculo empregatício com o SENADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto do presente Pregão deverá ser entregue no **Almoxarifado do PRODASEN**, situado na **Via N2, Anexo C, Senado Federal, Brasília-DF, CEP: 70.165-900**, no prazo máximo descrito na cláusula terceira.

I – A CONTRATADA entregará equipamentos e componentes novos, não reconicionados, de primeiro uso, sem marcas, amassados, arranhões ou quaisquer outros problemas físicos, os quais deverão estar embalados e



SENADO FEDERAL

acionados de forma adequada em caixas lacradas de maneira a permitir completa segurança durante o transporte da origem até o destino final.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

I. – provisoriamente, pelo órgão técnico do SENADO, recebedor do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações; e

II – definitivamente, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste, ou por comissão, de no mínimo 03 membros, designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto e regular instalação e configuração dos equipamentos e componentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

I – se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;

II – se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO QUARTO – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação do gestor.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS (SLA)



SENADO FEDERAL

Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá atender às solicitações do SENADO, feitas por meio do PRODASEN, em qualquer horário respeitando as condições e níveis de serviço especificados a seguir.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os Níveis de Serviço serão contados a partir das solicitações de suporte técnico que, por sua vez, serão classificadas nas seguintes categorias:

I – Chamados de Prioridade 1 – eventos que impossibilitem o funcionamento de uma ou mais máquinas; incluindo, mas não limitados a:

- a) falha no processador.
- b) falha em módulo de memória.
- c) falha na placa principal da máquina.
- d) falha simultânea de interfaces de E/S.
- e) falha simultânea nos discos rígidos.
- f) funcionalidade inoperante por falha no licenciamento.
- g) software inoperante por falha no firmware.
- h) software inoperante por falha nos drivers fornecidos para os sistemas operacionais para o qual a máquina é certificada.

II – Chamados de Prioridade 2 – eventos que causam uma redução na funcionalidade, no desempenho ou na resiliência de uma ou mais máquinas; incluindo, mas não limitados a:

- a) falha de um único disco rígido em configuração de espelhamento.
- b) falha de apenas uma interface de E/S quando configuradas de modo a tolerar falhas.

III – Chamados de Prioridade 3 – eventos que, embora não gerem impactos imediatos na funcionalidade ou no desempenho das máquinas, não são condizentes com o funcionamento adequado do equipamento. Estes eventos incluem, mas não estão limitados a:

- a) Mensagens de aviso.
- b) Bugs de firmware e/ou drivers que não impeçam o uso do equipamento.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os atendimentos aos chamados técnicos deverão seguir os seguintes Níveis de Serviço, por tipo de prioridade, sob pena de aplicação de penalidades:

I – Chamados de Prioridade I:

- a) Tempo para início de atendimento: 02 (duas) horas após abertura do chamado.
- b) Tempo para solução do problema: 02 (duas) horas após o início do atendimento.

II – Chamados de Prioridade II:

- a) Tempo para início de atendimento: 24 (vinte e quatro) horas após abertura do chamado.
- b) Tempo para solução do problema: 24 (vinte e quatro) horas após o início do atendimento.

III – Chamados de Prioridade III:

- a) Tempo para início de atendimento: 24 (vinte e quatro) horas após abertura do chamado.
- b) Tempo para solução do problema: 07 (sete) dias após o início do atendimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os ajustes nos valores de pagamento decorrentes da aplicação do Acordo de Nível de Serviços serão realizados conforme metodologia constante dos parágrafos quarto ao sexto da cláusula sexta.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA de fls. _____, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos.

Grupo 01 – Máquinas e Equipamentos com Instalação e Assistência Técnica				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Servidor em Lâminas (Blades)			
02	Conjunto de módulos de memória 192GB p/ HS22 e HS23			
03	BNT Layer 2/3 Copper Gb Ethernet Switch Module			
04	Emulex 10GbE Virtual Fabric Advanced			



SENADO FEDERAL

	Upgrade for IBM BladeCenter			
05	Instalação e Configuração para Item 01			
06	Instalação e Configuração para Item 02			
07	Instalação e Configuração para Item 03			
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
08	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 01			
09	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 02			
10	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 03			
Grupo 02 – Transceiver Óptico com Instalação e Assistência Técnica				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11	Transceiver óptico 10GBASE-SR SFP+			
12	Instalação e Configuração para Item 11			
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
13	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 11			
Grupo 03 – Softwares				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14	Licença do software Vmware vSphere 5 Enterprise Plus por processador			
15	Atualização de edição de licença Vmware 5 Enterprise para Enterprise Plus			

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor global estimado do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços fixados nesta Cláusula compreendem todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor correspondente aos equipamentos e seus componentes devidamente instalados e configurados (**Itens 01 a 07 e Itens 11 e 12**) e às licenças de software (**Itens 14 e 15**) será pago após emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, conforme previsto na Cláusula Quarta, parágrafo primeiro, Inciso II.

PARÁGRAFO QUARTO – O valor correspondente ao Serviço de Assistência Técnica com garantia de funcionamento (**Itens 08 a 10 e Item 13**) será pago mensalmente, condicionado ao ateste dos gestores do SENADO/PRODASEN e ao cumprimento dos níveis de serviço e serão calculados para cada máquina/equipamento conforme a fórmula: $VMA = FC \times VM$, onde:



SENADO FEDERAL

- VMA = Valor Mensal Ajustado, por item.
- FC = Fator de Correção, definido entre 0 e 1, de acordo com os atrasos registrados durante o mês e a prioridade do chamado em que os atrasos tenham ocorrido.
- VM = Valor Mensal, o valor do serviço de manutenção do item em questão.

PARÁGRAFO QUINTO – O cálculo do Fator de Correção (FC) se dará em função dos fatores de correção correspondentes a cada prioridade conforme a fórmula a seguir: **FC = 1 – (FC1 + FC2 + FC3)**, onde:

- FC1 = Fator de correção nos chamados de prioridade 1.
- FC2 = Fator de correção nos chamados de prioridade 2.
- FC3 = Fator de correção nos chamados de prioridade 3.

I – Caso o fator de correção seja negativo, será considerado **FC = 0** para efeitos do cálculo do VMA e a CONTRATADA estará sujeita às sanções descritas neste contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O cálculo do Fator de Correção (FC) em cada prioridade se dará em função do atraso registrado nos chamados conforme a fórmula a seguir: **FC_x = HA / HMA**, onde:

- X = Prioridade (1, 2 ou 3).
- HA = Horas de atraso nos chamados de prioridade x: somatório das horas de atraso registradas tanto no início quanto solução do chamado de prioridade x. Caso seja necessário efetuar testes para a comprovação do seu perfeito funcionamento, o tempo utilizado pelo técnico do PRODASEN nesses testes não será considerado cálculo do atraso.
- HMA = Horas máximas de atraso: 24 para chamados de prioridade 1, 72 para chamados de prioridade 2 e 168 para chamados de prioridade 3.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos de que tratam os parágrafos terceiro e quarto desta cláusula serão feitos por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA no prazo de **9 (nove) dias úteis**, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada do original da nota de empenho, ficando condicionado à prévia atestação do gestor.

PARÁGRAFO OITAVO – O pagamento ficará condicionado à apresentação da garantia prevista na cláusula décima e da nota fiscal, cabendo à CONTRATADA apresentar também os comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação de penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO NONO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo sexto desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993 e artigo 12 do Decreto nº 3.931/2011.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



SENADO FEDERAL

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como **Programa de Trabalho 037636** e **Natureza de Despesa 449052**, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº _____, de _____ de _____ de 20__.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

I – Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO



SENADO FEDERAL

Caberá à Comissão de Gestão de Contratos da SEI – PRODASEN e seus fiscais, designados pela Diretora-Geral, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo das sanções aplicadas com base nos incisos anteriores III e IV.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V do *caput* desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

I – Apresentar documentação falsa;

II – Fraudar na execução do contrato;

III – Comportar-se de modo inidôneo;



SENADO FEDERAL

IV – Fazer declaração falsa;

V – Cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O atraso injustificado na entrega e instalação dos equipamentos e softwares adquiridos, com exceção dos serviços de assistência técnica, sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa por meio de glosa no pagamento previsto após o aceite definitivo da solução.

I – O valor da multa será calculado em função do atraso registrado, limitado a 20% (vinte por cento) do valor total de equipamentos a serem fornecidos, de acordo com a tabela a seguir:

Evento	Gradação	Sanção
Atraso injustificado no fornecimento dos equipamentos, acessórios e licenças de software	Até 1 (um) dia útil	Advertência e multa de 0,5% (meio por cento) do valor relativo ao preço somado dos itens em atraso.
	Maior que 1 (um) dia útil	0,1% (zero vírgula um por cento) do valor relativo ao preço somado dos itens em atraso por dia de atraso, cumulativamente com a multa prevista para o primeiro dia de atraso.
	Maior que 60 (sessenta) dias corridos	Rescisão do contrato e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por um ano.
Atraso injustificado na instalação dos equipamentos, acessórios e licenças de software	Até 1 (um) dia útil	Advertência e multa de 0,5% (meio por cento) do valor relativo ao preço somado dos itens em atraso.
	Maior que 1 (um) dia útil	0,1% (zero vírgula um por cento) do valor relativo ao preço somado dos itens em atraso por dia de atraso, cumulativamente com a multa prevista para o primeiro dia de atraso.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA será advertida sempre que for apurado Fator de Correção (FC) negativo, de que tratam os parágrafos quinto e sexto da cláusula sexta, no atendimento de qualquer máquina coberta por este contrato. As advertências serão limitadas a uma por cada mês e para fins de gradação, será considerado o menor dentre os Fatores de Correção apurados durante o mês.

PARÁGRAFO QUINTO – Para os serviços de Assistência Técnica com garantia de funcionamento, a CONTRATADA estará sujeita a multa quando:

I – Acumular duas advertências em dois meses consecutivos



SENADO FEDERAL

II – Acumular três ou mais advertências em seis meses consecutivos ou

III – Em qualquer mês for apurado FC menor que -1 (negativo)

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da multa de que trata o parágrafo anterior, será calculado em função do número total de multas recebidas durante a vigência do contrato de acordo com a seguinte fórmula: **$VM = VG \times 0,016 \times NM$** , onde:

- VM = Valor da multa a ser aplicada.
- VG = Valor da garantia contratual, no valor de 5% do contrato.
- NM = Número de multas recebidas durante a vigência do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA terá suspenso o direito de participar de licitações pelo prazo de dois anos caso:

I – Durante a vigência do contrato receba mais que 10 (dez) multas; ou

II – Em qualquer mês for apurado FC igual ou menor que – 27 (menos vinte e sete).

PARÁGRAFO OITAVO – Caberá ADVERTÊNCIA nos casos de inobservância das obrigações decorrentes da cláusula segunda deste contrato, para as quais não estejam previstas penas de multa, sendo que a reiterada inobservância poderá levar à rescisão contratual por parte da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO – O não atendimento ao inciso VIII da cláusula segunda, ensejará aplicação da sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o SENADO FEDERAL, pelo período de até 5 (cinco) anos ou proposição de aplicação da sanção de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, além do pagamento de indenização por perdas e danos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no parágrafo anterior, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do



SENADO FEDERAL

valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula oitava deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II – judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, até **36 (trinta e seis) meses** após o recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2012

**DIRETORA-GERAL
SENADO FEDERAL**

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2013

(REGISTRO DE PREÇOS)

(Processo nº 008.858/12-8)

ANEXO 05

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato e a Ata de Registro de Preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
Fax: (DDD)					
e-mail:					
Nome (do Representante legal da empresa que irá assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato ou a ARP)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato ou a ARP)					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
Grupo 01 – Máquinas e Equipamentos com Instalação e Assistência Técnica					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Servidor em Lâminas (Blades)	Unid.			
02	Conjunto de módulos de memória 192GB p/ HS22 e HS23	Unid.			
03	BNT Layer 2/3 Copper Gb Ethernet Switch Module	Unid.			
04	Emulex 10GbE Virtual Fabric Advanced Upgrade for IBM BladeCenter	Unid.			



SENADO FEDERAL

05	Instalação e Configuração para Item 01	Unid.				
06	Instalação e Configuração para Item 02	Unid.				
07	Instalação e Configuração para Item 03	Unid.				
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário Mensal	Valor Unitário Anual	Valor Total Anual
08	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 01	Unid.				
09	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 02	Unid.				
10	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 03	Unid.				
Grupo 02 – Transceiver Óptico com Instalação e Assistência Técnica						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
11	Transceiver ótico 10GBASE-SR SFP+	Unid.				
12	Instalação e Configuração para Item 11	Unid.				
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário Mensal	Valor Unitário Anual	Valor Total Anual
13	Serviço de Assistência Técnica com Garantia de Funcionamento de 36 meses para Item 11	Unid.				
Grupo 03 – Softwares						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
14	Licença do software Vmware vSphere 5 Enterprise Plus por processador	Unid.				
15	Atualização de edição de licença Vmware 5 Enterprise para Enterprise Plus	Unid.				

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, total por grupo e total da proposta, seguindo a numeração constante no edital.



SENADO FEDERAL

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.